

Os edifícios religiosos e a estrutura urbana dos Bairros de Santo Antônio e São José – 1654-1800

André Lemoine Neves¹
Josué Luiz de Mendonça Júnior²

Resumo. Este artigo tem com objetivo analisar o processo de formação do tecido urbano dos bairros de Santo Antônio e São José após a saída dos holandeses em 1654 e como os edifícios religiosos influenciaram sua morfologia urbana até 1800, refutando a tese dominante que propõe a permanência de um possível traçado holandês nos dois bairros e demonstrando que aqueles edifícios religiosos foram os verdadeiros elementos estruturadores do desenho urbano dos dois bairros.

Palavras-chave: urbanização, morfologia urbana, urbanismo português, urbanismo colonial.

Abstract. This article aims to analyse the process of urban development of the districts of Santo Antônio and São José after the Dutch surrender in 1654 and how the religious buildings affected their urban morphology until 1800, refusing the current thesis which propose the possible permanence of the Dutch urban design in both of districts and demonstrating that religious buildings were true structural elements of the districts' urban design.

Keywords: urbanization, urban morphology, Portuguese urbanism, colonial urbanism.

Introdução

A cidade do Recife, a despeito de sua antiguidade e complexidade do seu desenvolvimento urbano, possui uma limitadíssima bibliografia referente ao estudo deste desenvolvimento – limitando-se a importantes, mas não analíticas obras de cartografia (Mello, 1976; Menezes, 1988); um interessante ensaio sobre as relações entre os urbanismos português e holandês e a permanência deste último no traçado dos bairros em estudo (Santo Antônio e São José), que carece de confirmação arqueológica (Menezes, 1998) e um artigo sobre o desenvolvimento dos quatro bairros mais antigos da cidade – Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, sob o ponto de vista da Sintaxe Espacial (Amorim e Loureiro, 2000). Maior número de estudos têm-se detido sobre as mudanças sofridas pela cidade a partir do início do século XX (Lubambo, 1989; Outtes, 1997).

De um modo geral, pode-se dizer que, até o momento, não há estudos sobre o desenvolvimento do núcleo antigo da cidade (os quatro bairros supracitados) do ponto de vista de seus elementos estruturadores – ruas, quadras, lotes, edifícios, praças, etc. (Lamas, 1992). O presente documento tenta analisar, de forma breve, a estruturação dos bairros de Santo Antônio e São José – localizados na antiga Ilha de Antônio Vaz – sob o ponto de vista dos seus edifícios religiosos, entendidos aqui da seguinte forma: igrejas isoladas e conjuntos conventuais/hospitalares, formados por uma ou mais igrejas e outros edifícios inseridos na mesma cerca conventual.

Há que esclarecer que este breve estudo se originou de uma pesquisa voltada para o estudo da arquitetura religiosa barroca desenvolvida em Pernambuco, que em seu processo de inventário

¹ Professor da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Professor da Faculdade de Ciências Humanas ESUDA e aluno do Curso de Especialização em Cidades Sustentáveis pela Faculdade de Ciências Humanas ESUDA.

e análise dos exemplares existentes no Estado, observou um elevado número de monumentos religiosos surgidos nos dois bairros entre os séculos XVII e XVIII: quatorze edifícios religiosos contendo dezessete igrejas, dos quais foram demolidos no século XX, um convento, um hospital e duas igrejas. É importante salientar que, de todos esses edifícios, apenas um, o convento de Santo Antônio, erguido em 1606, é anterior à dominação holandesa (1630-1654).

A despeito do que possa ter existido na Ilha de Antônio Vaz de produção holandesa, principalmente entre os anos de 1637 e 1654, observou-se que, através de mapas posteriores e mesmo do Inventário dos Petrechos Bélicos que os Holandeses deixaram em Pernambuco e dos Prédios Edificados ou Reparados até 1654, importantíssimo e muito pouco citado documento pós-ocupação holandesa que descreve cada edificação existente no Recife e em Antônio Vaz, que quase nada restou da cidade de Nassau. A análise atenta da reocupação ou ocupação definitiva da ilha, após a saída dos holandeses, mostra que houve uma estruturação do espaço urbano baseada em modelos portugueses, onde o espaço sagrado (Amorim e Loureiro, 2000) vai ter papel preponderante nesta estruturação. Por este motivo foi estabelecido o recorte temporal de 1654 a 1800, pois este período abrange tanto a definição da mancha urbana que se manteve intacta até o início do século XX (Outtes, 1997), quanto o surgimento de treze dos quatorze edifícios religiosos existentes nos bairros de Santo Antônio e São José e que, mesmo com algumas mutilações, ainda hoje caracterizam a estrutura desses dois bairros e mesmo, da cidade do Recife.

A pesquisa buscou observar e analisar o modo como as igrejas conventos passam a compor a estrutura urbana da Ilha de Antônio Vaz após a retomada do Recife aos holandeses, tentando recompor a evolução urbana e o papel desempenhado pelos edifícios religiosos no desenho da cidade e no seu funcionamento. Além da cartografia, foram utilizadas descrições da cidade, vistas, prospectos, etc.

1. A ocupação da Ilha de Antônio Vaz – 1537-1654

Inicialmente citada no Foral de Olinda (12 de março de 1537), como Ilha do Porto dos Navios, também chamada de Ilha de André de Albuquerque (parte sul) ou Ilha de Marcos André (parte norte) ou, ainda, Ilha de Antônio Vaz, foi doada em data incerta pelo primeiro donatário de Pernambuco, Duarte Coelho a Jerônimo de Albuquerque, seu cunhado. Em 1593, parte de suas terras é vendida por Antônia de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque a um certo Cristóvão Paes Daltro, sem, no entanto especificar o uso a ser dado à propriedade. Por essa época não se encontram menções a moradias. Sabe-se que, ao norte, nas proximidades de onde hoje se encontra o palácio do governo, existia um pequeno estaleiro ou oficina para reparos e construção de barcos (Cavalcanti, 1977).

Em data anterior a 1606, a parte norte da ilha já pertencia a Marcos André, mais tarde, senhor do Engenho da Torre, pois, nesse ano, o abastado proprietário doa “cinquenta e seis braças de terras... aos religiosos franciscanos” (Cavalcanti, 1977), próximas ao estaleiro ou oficina, iniciando a ocupação definitiva da Ilha a partir de construções religiosas.

Cabe salientar que, por essa época não havia, verdadeiramente, uma ilha, mas sim, duas, formadas, em grande parte de mangues e alagadiços, divididas por um braço do rio Capibaribe que partia da atual praça Joaquim Nabuco, passando pelo atual Pátio de São Pedro e desaguando nas proximidades do atual Fórum Tomás de Aquino Cirilo Wanderley. Por este motivo há uma designação para a parte norte – Ilha de Marcos André, outra para a parte sul – Ilha de André de Albuquerque. A designação de Ilha de Antônio Vaz aparece em ano

posterior a 1612 (Moreno, 1955), sendo substituída por Mauritiopolis, Cidade Maurícia, *Stadt Mauritia* ou *Mauritsstadt* entre 1638 e 1654, e voltando a ser chamada de Antônio Vaz ou Povoação de Santo Antônio de 1654 até o final do século XIX, quando o nome caiu em desuso e passou-se a designar mais comumente os nomes dos bairros de Santo Antônio (norte) e São José (sul), como ocorre até hoje.

O mapa denominado Prespectiva da Vila de Olinda de Pernambuco datado de 1609, de autoria de Diogo de Campos Moreno (**Fig. 1**), mostra uma vista da povoação do Recife, tendo, acima a Ilha de Marcos André já com o convento de Santo Antônio (número 6) e umas poucas casas acompanhando a linha da praia. É possível ver também, à esquerda, o canal que separava a Ilha de Marcos André da de André de Albuquerque. Até a chegada dos holandeses em 1630, a ocupação daquelas terras não se modificará muito, permanecendo restrita ao trecho próximo ao convento e que, a partir de 1638 será conhecida como Velha Maurícia.

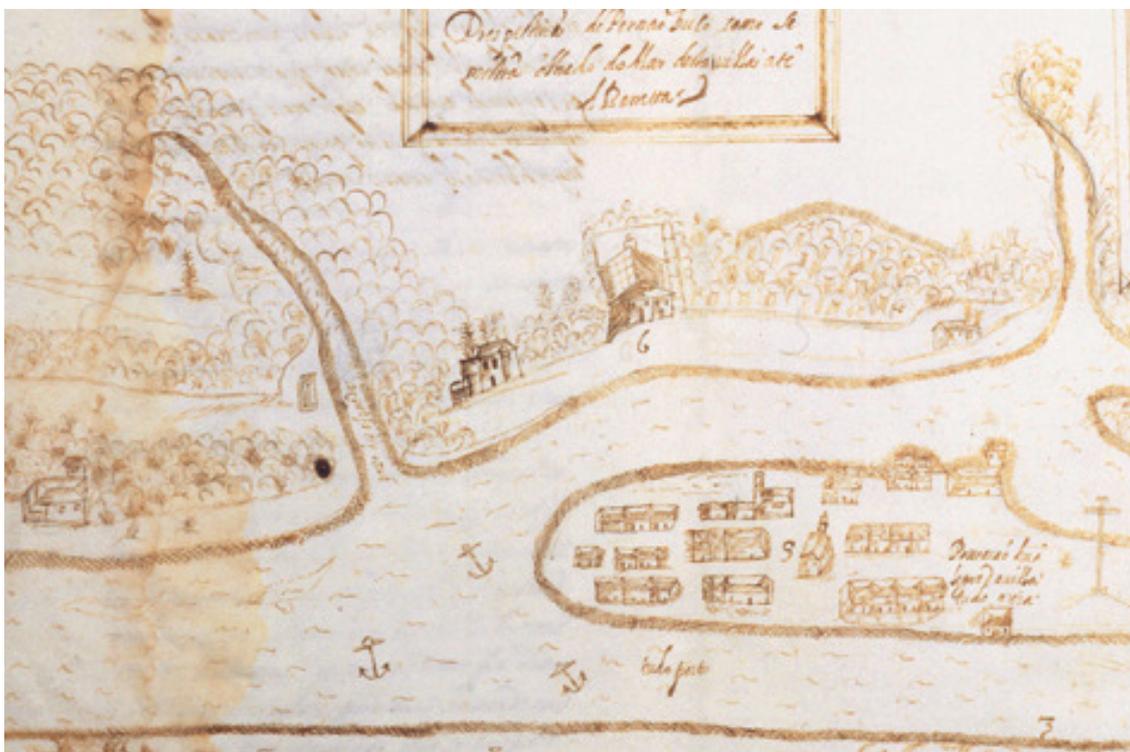


Fig. 1: Trecho da *Prespectiva da Villa de Olinda* (1609) de Diogo de Campos Moreno, onde se vê a Ilha de Antônio Vaz escassamente ocupada. Acima do número 6, está o convento de Santo Antônio. Fonte: Reis, 2000.

Com a ocupação holandesa e o incêndio de Olinda, o Povo do Recife sofre um aumento bastante expressivo de sua população (Mello, 1987), o que obriga as autoridades holandesas a projetarem a ocupação da agora chamada Ilha de Antônio Vaz. Mello (1987) salienta que, devido à insegurança da área, motivada por ataques dos pernambucanos a postos holandeses, até meados de 1635 era impossível ocupar as terras mais ao sul do convento, agora transformado em fortaleza com o nome de Forte Ernst. A partir desse ano, após a tomada do Arraial do Bom Jesus e do forte de Nazaré pelos holandeses, a ocupação de Antônio Vaz torna-se possível e absolutamente necessária por impositivos populacionais e de abastecimento d'água, pois ao sul, próximo ao forte Frederick Hendrick ou das Cinco Pontas estavam as cacimbas de Ambrósio Machado, únicas a garantir água potável para Antônio Vaz e o Recife.

Motivos políticos, melhor explicados por Mello (1987), levaram Maurício de Nassau em 14 de novembro de 1639 a transferir a capital do domínio holandês de Olinda para Antônio Vaz, sendo dado o nome de Cidade Maurícia à capital em dezembro do mesmo ano. Por essa época, a ocupação urbana de Antônio Vaz ia, aproximadamente, de onde hoje é o Palácio do Governo até a Matriz de Santo Antônio, no atual bairro de Santo Antônio (Mello, 1987; Menezes, 1988). Neste trecho estava situado o *Groot Kwartier* (Grande Alojamento), que, mais tarde daria origem à atual praça da Independência.

Em mapa datado de 1639 e pertencente ao Atlas Vingboons (**Fig. 2**) é possível ver o plano da Cidade Maurícia elaborado por Pieter Post, onde se lê, em holandês: *de nieu afgesteecken Stadt* ou “a nova cidade projetada” (Mello, 1987, p. 88), mais tarde conhecida como *Nieuw Mauritsstadt* ou Nova Cidade Maurícia. Sua localização seria a do atual bairro de São José. Ainda não foi possível determinar o quanto dessa Nova Maurícia foi efetivamente construído – Mello (1987) presume que os mapas existentes mostrem apenas os projetos e não o que havia na realidade. É certo que, por questões de defesa, quase tudo o que havia entre a atual igreja do Espírito Santo (construída no lugar da igreja calvinista) e o forte das Cinco Pontas foi demolido a partir de 1645, principalmente as “casinhas” que Maurício de Nassau teria mandado construir para a população pobre (Mello Neto, 1987). O estudo do Inventário...dos Prédios verificou que a maior parte das edificações existentes em Antônio Vaz em 1654 (em torno de 80% do total) localizavam-se na Velha Maurícia, o que parece comprovar que a área do atual bairro de São José não estava totalmente ocupada ao final do domínio holandês. Por essa época, foram inventariados os palácios mandados construir por Nassau: o da Boa Vista (*'t huijs Boa Vista genaemt* – a casa chamada da Boa Vista) e o de *Vrijburg* ou Friburgo; os fortes Ernst e Cinco Pontas; a Porta Sul de Maurícia e alguns redutos próximos ao aterro dos Afogados (atual rua Imperial) e algumas casas pertencentes a judeus, holandeses e portugueses (*sic.* por pernambucanos e portugueses).

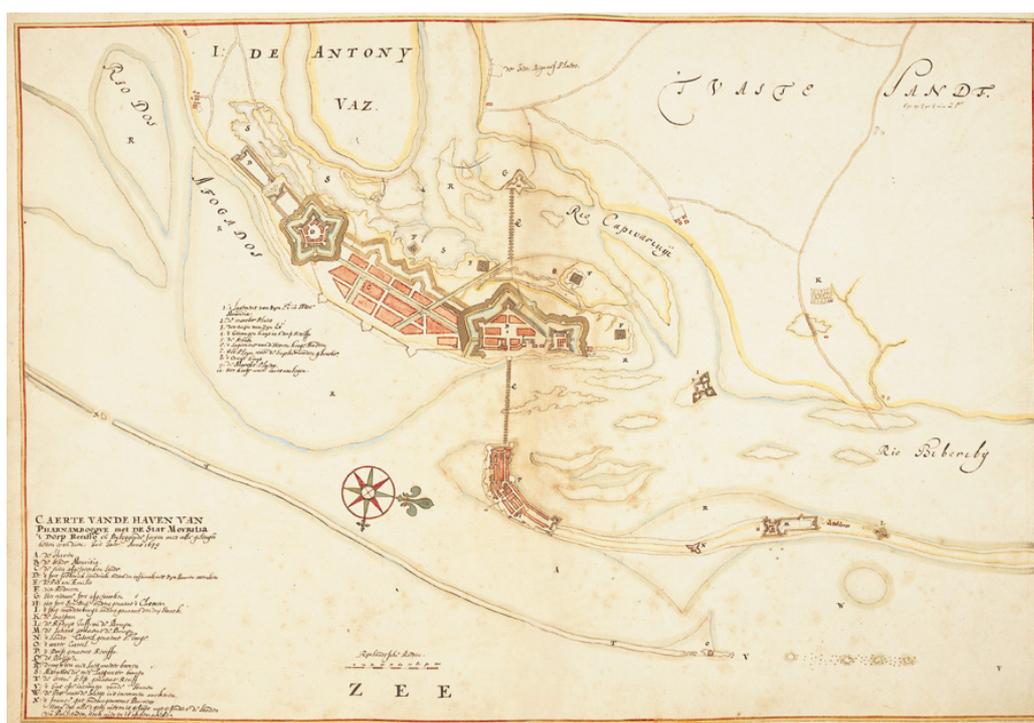


Fig. 2: A *Caerte vande Haven van Pharnambocque... Anno 1639*, original do Atlas Vingboons onde se vê a proposta de Pieter Post para a ocupação da Cidade Maurícia. Fonte: Reis, 2000.

2. O desenvolvimento do Recife após a saída dos holandeses

A rendição dos holandeses se deu aos 27 de janeiro de 1654. O lugar da rendição, a porta de Santo Antônio, estaria, segundo pesquisas recentes, situada nas proximidades da igreja do Espírito Santo, mais ou menos no final da atual rua Duque de Caxias, em frente à rua do Livramento (Lemoine e Mendonça Júnior, 2004).

Após a retomada do sítio, a designação de Cidade Maurícia foi abolida e a Ilha de Antônio Vaz passou a ser chamada de Povoação de Santo Antônio. Como já foi dito, a Real Fazenda elaborou um inventário de tudo o que os holandeses haviam deixado ou edificado no Recife e em Antônio Vaz. Nesta povoação foram inventariadas cento e setenta e seis edificações, incluindo os fortes, redutos, palácios e habitações de um modo geral, o que não significa necessariamente que existisse apenas esse número de edificações, pois há casos de mais de uma edificação listada no mesmo item, mesmo assim, extrapolando os números do inventário, não é possível completar o espaço total da Nova Maurícia. O Inventário...dos Prédios também aborda as condições das edificações, sendo possível saber quais e quantas ruíram após a saída dos holandeses – pelo menos trinta delas desapareceram entre 1654 e 1659, dando margem a outras formas de ocupação que não teriam porque seguir o plano de Post.

O primeiro momento da reocupação foi o da retomada das propriedades pertencentes aos luso-brasileiros e que estavam nas mãos da Companhia das Índias Ocidentais. Muitos proprietários de terras e edifícios, como foi o caso de Belchior Alves – dono de terras na parte sul da ilha, recorreram junto à Coroa a posse de terras em Antônio Vaz. Os franciscanos também reclamaram o seu convento, que foi livrado dos baluartes do forte Ernst e sucessivamente reformado até o final do século XVIII. Algumas casas são doadas a militares que participaram da campanha contra os holandeses (Inventário...dos Prédios, 1940). Por fim, a estrutura de baluartes e paliçadas vai sendo, aos poucos, desmontada, abrindo espaço para o desenvolvimento urbano da ilha.

Aqui cabe uma observação sobre o ponto central de que trata este trabalho: ainda em 1654, em meio à rendição, começam as doações de edifícios e terras para ordens e irmandades religiosas, que vão adentrar pelo século XVIII. No próprio Inventário...dos Prédios, no número 298, há a citação a um sobrado habitado pelos capuchos (cuja permanência é confirmada pelo governo português) e que dará origem ao convento e à igreja de Nossa Senhora da Penha; já nos números 303 e 304, são citados dois sobrados e no 305, a igreja dos calvinistas franceses todos doados à Companhia de Jesus, origem do colégio jesuíta e da igreja de Nossa Senhora do Ó (hoje, do Espírito Santo).

Passada a ruína econômica motivada pela guerra contra os holandeses, o Recife começa a se reerguer. A produção açucareira começa a se estabilizar, trazendo de volta o crescimento urbano a partir da necessidade de novos armazéns, novas habitações, novos serviços. Em sua obra sobre um dos que mais contribuíram para o desenvolvimento do Recife no final do século XVII, o português Antônio Fernandes de Matos, Mello (1981, p. 18) salienta que:

Expulsos os holandeses e restabelecido o domínio português em Pernambuco, acorreram de Portugal para o Recife mercadores, mestres de ofícios, aventureiros, a preencher as vagas deixadas no corpo do comércio e dos misteres com a partida dos dominadores flamengos e judeus.

Esses indivíduos, a exemplo de Antônio Fernandes de Matos trataram de recompor ou compor definitivamente o traçado urbano da Ilha de Antônio Vaz e também da Boa Vista, no continente, cuja ocupação também data desta época. O Recife propriamente dito cresce também, mas impelido pelas necessidades comerciais e portuárias, não desenvolverá a quantidade de edifícios religiosos encontrados em Antônio Vaz (e mesmo na Boa Vista).

As informações cartográficas posteriores a 1654 são escassas. Depois do mapa de Cornelis Golijath de 1648, só será possível uma nova visão do Recife na Planta do Projecto de Fortificação do Bairro de S. Antonio em Pernambuco de Diogo da Silveira Vellozo datado de 1739 (**Fig. 3**), onde uma representação extremamente simplificada dá uma idéia da ocupação de Antônio Vaz após a ocupação holandesa. Seu traçado ortogonal não deve ser levado em conta, pois, plantas posteriores mais precisas mostram o verdadeiro traçado dos dois bairros, de forma bem mais orgânica.



Fig. 3: A Planta do Projecto de Fortificação do Bairro de S. Antonio em Pernambuco (1739) de Diogo da Silveira Vellozo. O desenho esquemático apenas serve para dar uma idéia da ocupação da Ilha de Antônio Vaz, 85 anos após a saída dos holandeses. Dentro do círculo, a cerca conventual de Santo Antônio. Fonte: Reis (2000).

Ao longo do século XVIII, o desenvolvimento do Recife e, em especial de Santo Antônio e de São José, se dá de forma clara e em ritmo acelerado, tanto do ponto de vista físico quanto social e econômico. A partir de 1710, o Recife é elevado à Vila, com o nome de Santo Antônio do Recife. Núcleo urbano de caráter comercial, o Recife vai polarizar toda a produção agropecuária do Nordeste oriental, incluindo as capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, todas sob a sua jurisdição, criando uma classe de abastados comerciantes que, ciosos de sua importância tratarão de criar edifícios religiosos que demonstrem sua importância e prestígio, sem ter, ao que parece, a noção exata de que tais edifícios moldariam a forma urbana da Vila do Recife e, com muito mais força, dos bairros de Santo Antônio e São José.

3. Os edifícios religiosos e o traçado urbano dos bairros de Santo Antônio e São José – 1654-1800

Passada a ocupação holandesa, o Recife volta a funcionar segundo a mentalidade lusa, com modos próprios de funcionamento da sociedade e de produção do espaço onde aquela desenvolve suas atividades. Como foi dito anteriormente, muito pouco parece ter restado da Cidade Maurícia que merecesse ou necessitasse ser mantido pelos portugueses e, dentro de uma sociedade católica, baseada em atitudes extremamente contraditórias sobre poder, riqueza e religiosidade, a vila surgida sob estas imposições sócio-econômico-culturais não poderá senão ser um reflexo de tudo isso. Com o Recife e, em especial com a Ilha de Antônio Vaz não foi diferente.

É importante salientar que o Recife, propriamente dito, o bairro portuário já estava intensamente ocupado quando da saída dos holandeses em 1654. Apesar dos sucessivos aumentos de sua área, através de aterros, não fez mais que ampliar suas atividades comerciais, negando espaço para edifícios religiosos em profusão como em Santo Antônio e São José. Os edifícios religiosos do bairro do Recife, até o início do século XIX eram apenas cinco: a matriz do Corpo Santo (século XVI), capela de Nossa Senhora da Conceição do Arco (final do século XVII), capela do Senhor Bom Jesus das Portas (1680), a igreja da madre de Deus e seu convento (1687) e a igreja de Nossa Senhora do Pilar (1680).

Por outro lado, após a saída dos holandeses, a Ilha de Antônio Vaz era campo aberto para a reocupação, quer seja por sua área maior, quer seja pelas poucas edificações que a ocupavam em 1654. Levando em conta o que foi dito atrás por Mello (1981), sobre os indivíduos que vieram “refazer” o Recife, fica claro que o modelo urbanístico de Santo Antônio e São José obedeceria aos cânones lusitanos, orgânicos e pragmáticos, baseados em um saber fazer cidades que não necessita de modelos rígidos, pré-estabelecidos (Teixeira e Valla, 1999).

A ocupação intensa dos Bairros de Santo Antônio e São José por edifícios religiosos é tão evidente e importante do ponto de vista da forma urbana que não poderá ficar restrita a este estudo preliminar. Urgem estudos mais aprofundados que analisem todo o processo de ocupação dos dois bairros sem se perder em teorias nassofílicas, analisando os fatos com critérios precisos e sob a óptica da urbanística portuguesa. Foram, no total, quatorze edifícios religiosos a seguir listados, por ordem cronológica de suas construções:

Convento de Santo Antônio (1606): igreja de Santo Antônio (1606-1777), igreja de São Francisco das Chagas da Ordem Terceira (1799-1814).
Convento de Nossa Senhora da Penha de França (1654): igreja (atual basílica) de Nossa Senhora da Penha.
Convento e Colégio dos Jesuítas (1654): igreja de Nossa Senhora do Ó (1655, atual do Espírito Santo), igreja da Congregação Mariana (século XVIII)
Convento de Nossa Senhora do Carmo (1675?): igreja (hoje basílica) de Nossa Senhora do Carmo (1685), igreja de Santa Teresa da Ordem Terceira (1696).
Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (1678?).
Igreja de Nossa Senhora do Livramento dos Homens Pardos (1694?).
Hospital da Santa Casa de Misericórdia e Igreja de Nossa Senhora do Paraíso (final do século XVII).
Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Militares (início do século XVIII).
Igreja (hoje concatedral) de São Pedro dos Clérigos (1728).
Igreja de Nossa Senhora do Terço (1728?).

Igreja de São José do Ribamar (1735).
Igreja Matriz de Santo Antônio (1753).
Igreja de Santa Rita de Cássia (1783).
Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios (1791).

Sabe-se que o processo de doação de terras para a construção de edifícios religiosos tem início em 1606, com a doação, por Marcos André, do terreno onde seria construído o convento de Santo Antônio. A existência do convento já definiu um pólo de atração que viria a gerar um percurso-matriz (Caniggia e Maffei, 1995), que daria origem a atual rua do Imperador Pedro II. Sustadas as doações durante o período holandês, estas ressurgem ainda em 1654, quando são doadas terras e casas para os Capuchinhos e Jesuítas que, com seus conventos definirão dois pátios: o da Penha (atual Praça Dom Vital) e o do Colégio (atual Praça 1817).

A partir daí, até o final do século XVIII, os ricos comerciantes do Recife e os governadores da capitania doarão terrenos para a construção dos edifícios religiosos supracitados. Homens de negócios, militares, oficiais mecânicos, negros e pardos, todos construirão igrejas, capelas e conventos para, ao mesmo tempo, mostrar seu poderio e apaziguar suas almas. Numa vila onde os edifícios mais notáveis eram as ruínas da Boa Vista e de Friburgo e as fortalezas agora transformadas em quartéis, os edifícios religiosos darão o tom de grandiosidade ao Recife e as torres de Antônio Vaz serão a marca registrada desta urbe (**Fig. 4**).



Fig. 4: Trecho do *Prospecto da Villa do Recife...*, cópia do original do Padre José Caetano (1759), que consta de obra de Vilhena, *Notícias soteropolitanas e brasílicas* (1922). Notar a quantidade de igrejas – da esquerda para a direita: 7-N. Sra. do Ó, 9-São Pedro, 10-São Francisco, 11-Carmo, 12-Santo Antônio, 19-Conceição dos Militares. Fonte: Reis (2000).

Os edifícios religiosos existentes em Santo Antônio e São José surgidos entre 1654 e 1800 podem ser classificados sob vários aspectos, mas no âmbito deste trabalho, optou-se por classificá-los segundo quatro formas de inserção/estruturação no tecido urbano (**Fig. 5**), chamando-os de ER (edifícios religiosos), acompanhados da numeração:

Classificação do edifício religioso	Denominação
ER-1: Conventos e hospital com pátio fronteiro	Carmo, Penha, Paraíso e da Companhia de Jesus.
ER-2: Convento sem pátio fronteiro	Santo Antônio
ER-3: Igrejas com pátio fronteiro	Matriz de Santo Antônio, Livramento, Terço, São Pedro, São José do Ribamar.
ER-4: Igrejas sem pátio fronteiro	Conceição dos Militares, Rosário dos Pretos, Santa Rita de Cássia, Martírios.

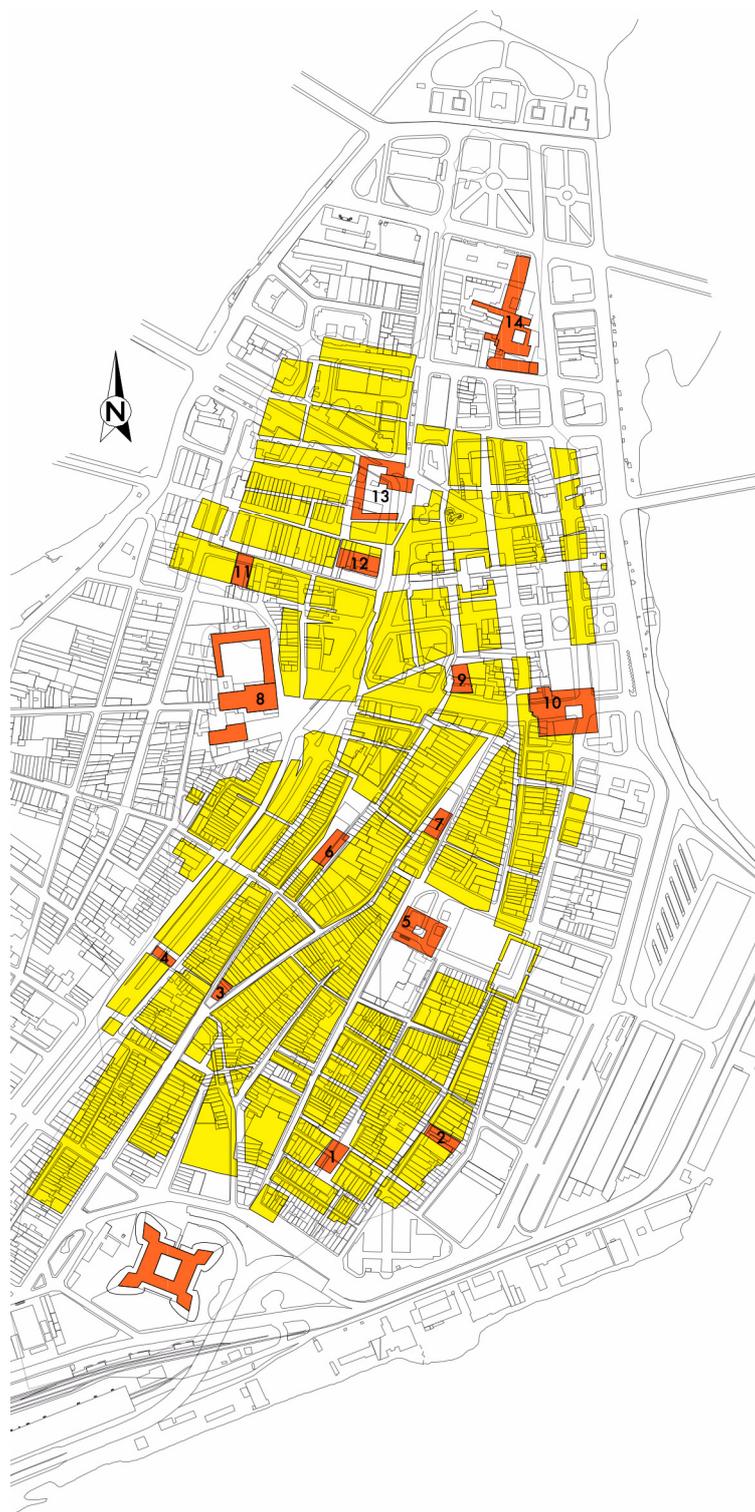


Fig. 5: Os bairros de São José (abaixo) e Santo Antônio (acima) em 1808, segundo levantamento de João Fernandes Portugal. Em laranja, os edifícios religiosos na seguinte ordem de baixo para cima: 1-São José do Ribamar; 2-Santa Rita de Cássia; 3-Nossa Senhora do Terço; 4-Bom Jesus dos Martírios (demolido); 5-Convento da Penha; 6-São Pedro dos Clérigos; 7-Livramento dos Pardos; 8-Convento do Carmo/N. Sra. do Carmo/Sta. Teresa; 9-Rosário dos Pretos; 10-Colégio dos Jesuítas (demolido)/N. Sra. do Ó/Congregação Mariana; 11-Conceição dos Militares; 12-Matriz de Santo Antônio; 13-Hospital da Misericórdia/N. Sra. do Paraíso (demolidos); 14-Convento de Santo Antônio/Santo Antônio/São Francisco das Chagas. Desenho dos autores sobre Unibase da FIDEM (2005).

Os ER-1 e ER-2 sempre tiveram muita força na definição da estrutura urbana de Antônio Vaz. Suas cercas conventuais definiam grandes espaços não passíveis de serem ocupados por usos como comércio, serviços e habitação familiar. Representando barreiras quase intransponíveis para reformas urbanas, que só seriam vencidas no século XX, os ER-1 e ER-2 podem ser comparados a blocos sólidos inseridos na malha urbana e que só podiam, em condições normais, ser contornados nos quatro lados do seu exterior (Penha, Paraíso, Santo Antônio) ou só no seu pátio fronteiro (Carmo e Companhia de Jesus).

Os ER-3 geralmente se inseriam em cabeças de quadra, sendo São José do Ribamar o único caso de igreja no meio da quadra com pátio fronteiro. A localização em cabeças de quadra levou à definição de ruas laterais, numa estrutura urbana característica das cidades medievais portuguesas (Teixeira e Valla, 1999) e, para a definição dos pátios, algumas irmandades religiosas se valeram do expediente de adquirir casas para demoli-las, tanto para ampliar as igrejas quanto para desobstruí-las, numa possível intenção de garantir-lhes uma perspectiva que valorizasse seus frontispícios. Ao longo do século XVIII, os ER-3 sofreram ampliações que resultaram na demolição de uma série de casas situadas nos seus entornos como nos casos da Matriz de Santo Antônio, São Pedro e Terço, que, de um pequeno nicho, transformou-se na igreja que primeiro era avistada por aqueles que vinham do sul, resultando na demolição de casas na rua dos Copiães (atual do Jardim).

Finalmente, os ER-4 eram os que menos alterações causavam no tecido urbano. Inseridos nos limites de quadras retangulares, só modificavam a modulação dos lotes, quase sempre muito estreitos, com larguras oscilando entre cinco e sete metros. Essas igrejas, em número de quatro, que surgiram em terrenos doados em cabeças de quadra, mas paralelos aos demais, serviram não como fecho dessas quadras, mas como elementos de atração para a continuidade das mesmas, como foram os casos da Conceição dos Militares, Santa Rita de Cássia e Martírios, que impulsionaram a ocupação além delas.

Os quatro tipos de ERs mostrados acima representaram o que mais relevante havia em termos de arquitetura nos bairros de Santo Antônio e São José. As edificações civis não podiam rivalizar com o tamanho e o primor técnico e artístico daquelas igrejas e conventos, não existindo exemplares que fugissem ao esquema básico da construção portuguesa: testadas estreitas, lotes profundos (Reis, 1968). Nem mesmo a Cadeia Nova (atual Arquivo Público Estadual), construída nas imediações do Convento de Santo Antônio possuía algum ponto de interesse, do ponto de vista da escala ou do projeto em si. Com força similar a das ERs, só o forte das Cinco Pontas, que, apesar de reduzido a mero quartel, manteve o fosso e um grande espaço ao seu redor, impedindo as construções de se aproximarem e definindo um grande vazio ao sul de São José, ainda hoje, em parte existente.

Quanto aos pátios gerados devido aos ER-1 e ER-3, serviam de grandes áreas de estar da povoação; neles se passeava; as feiras e mercados ali se estabeleciam; as festas religiosas e profanas, as novenas, as procissões tudo tinha lugar nesses espaços. As vielas, becos, ruas largas, estreitas e direitas desaguavam nesses amplos espaços o povo de todas as classes e misteres. Sua força na estrutura urbana de Santo Antônio e São José pode ser sentida ainda hoje, apesar de todas as suas transformações físicas, sociais e culturais.

À guisa de complementação, é importante registrar que, as ordens e irmandades religiosas, além dos ERs em si, possuíam um número relativamente grande de imóveis espalhados pelos dois bairros e que lhes serviam de fonte de renda (Guerra, 1970). Estes imóveis, seus usos, quantidade, distribuição pelas ordens e irmandades e localização no Recife, Santo Antônio,

São José e Boa Vista é tema ainda em aberto no estudo da História Urbana do Recife. Sabe-se, a princípio, que eram doados, às vezes ao mesmo tempo em que se doava o terreno para a construção do ER e alugados para comércio e/ou moradia, sendo a renda auferida usada para a construção, ampliação ou manutenção do ER.

A importância dos ERs na estrutura dos dois bairros se dá, finalmente, pela toponímia, em grande parte mantida até os dias de hoje: Pátio do Carmo, Rua Camboa do Carmo, Pátio de São Pedro, Rua do Livramento (na realidade um pátio), Rua Estreita do Rosário, Rua de Santa Rita, Pátio de São José do Ribamar, Pátio do Terço, Travessa da Congregação, Cais de Santa Rita, Travessa dos Martírios e os extintos Pátio do Paraíso (hoje, um trecho da Avenida Dantas Barreto) e Pátio do Colégio (hoje, Praça 17 e trecho da Rua do Imperador Pedro II) e a Rua Larga do Rosário.

Considerações finais

Neste breve estudo não cabem conclusões, apenas a constatação da necessidade de ampliação das pesquisas e a certeza de que ainda há todo um universo a ser analisado no que tange ao desenvolvimento urbano do Recife. As muito breves constatações obtidas quando da análise do surgimento dos edifícios religiosos nos bairros de Santo Antônio e São José sugerem processos de formação urbana amplamente ligados aos modelos do Urbanismo Português, que foram estabelecidos no medievo – em vigor em pleno século XVIII, o século do Iluminismo. Isto sugere, para além de anacronismos e críticas desabonadoras sobre esse modo de fazer cidades, que esses modelos ainda eram válidos porque condizentes com uma estrutura sócio-econômico-cultural que se valia deles para funcionar.

As interpretações do fato de existirem tantos edifícios religiosos em tão exíguo território (menos de 2,0km²) são múltiplas e foram, meramente sugeridas ou insinuadas acima, mas é certo que tais edifícios moldaram a forma urbana dos bairros estudados e estavam – e em sua maioria ainda estão – ali por uma imposição social.

Parece também não haver muito sentido em se debater em pretensas heranças flamengas nos traçados dos dois bairros se, parece claro que o caráter da Cidade Maurícia, comercial, cartesiana e protestante nada tem a ver com a “povoação de Santo Antônio”, também comercial, mas lusitana, mística e católica, e ainda assim, pragmática.

Por fim, cabe ressaltar que, a construção da História do desenvolvimento de uma cidade como o Recife ainda está por começar. As complexidades surgidas após 1654 e mais ou menos cristalizadas no início do século XIX para serem progressivamente perdidas ao longo do século XX urge por pesquisadores dispostos a escavar esse passado para que haja uma maior compreensão das nossas heranças culturais.

Bibliografia

Amorim, Luiz Manuel do Eirado, Loureiro, Claudia. O mascate, o bispo, o juiz e os outros: sobre a gênese morfológica do Recife. **Revista Brasileira de estudos Urbanos e Regionais**, Recife, nº 3 – p.19-38, ANPUR, nov. 2000.

Barléu, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. São Paulo, Editora Itatiaia/EDUSP, 1974. 414p.

Caniggia, Gianfranco; Maffei, Gian Luigi. **Composizione architettonica e tipologia edilizia – Lettura dell’edilizia di base**. v. 1. 9. ed. Venezia, Marsilio Editori, 1995. p.122-203.

Cavalcanti, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo**. Recife: Prefeitura Municipal do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Conselho Municipal de Cultura, 1977. 326 p.

Costa, Francisco Augusto Pereira da. Portas do Recife. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. VII, n. 42, p. 285-299, 1891-93.

Guerra, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Fundação de Cultura Guararapes, 1970. p. 29-173.

Inventário das armas e petrechos bélicos que os holandeses deixaram em Pernambuco e dos prédios edificadas ou reparados até 1654. Recife: Biblioteca Pública de Pernambuco/Imprensa Oficial, 1940. 202 p.

Lamas, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992. 564 p.

Lemoine Neves, André; Mendonça Jr., Josué Luiz de. **Relatório parcial de atividades da pesquisa “Morfologia Urbana do Bairro de São José”**. Recife: texto apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da F.C.H. Esuda, ago. 2004.

Lubambo, Cátia Wanderley. **Recife: Do Corpo Santo ao Marco Zero**. Recife: CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991, 260 p.

Mello (neto), José Antônio Gonsalves de. **A cartografia holandesa do Recife: Estudo dos principais mapas da cidade, do período 1631-1648**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes/IPHAN/MEC, 1976. 65 p.

_____. **A rendição dos holandeses no Recife (1654): Com os textos inéditos das negociações que precederam o acordo, comentários acerca dos artigos e os principais relatos portugueses contemporâneos**. Recife: Parque Histórico Nacional dos Guararapes/IPHAN/MEC, 1979. 131 p.

_____. A “Relação das Praças Fortes do Brasil” (1609) de Diogo de Campos Moreno. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano** v. LVII. Recife, 1984. p. 177-183.

_____. **Tempo dos flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e cultura do Norte do Brasil**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1987. p. 35-128.

_____. **Um mascate e o Recife: A vida de Antônio Fernandes de Matos no período de 1671-1701**. 2. ed. Coleção Recife, v. 9. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Secretaria de Educação e Cultura/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. 142 p.

Menezes, José Luiz Mota. **Atlas histórico-cartográfico do Recife**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1988. 100 p.

Menezes, José Luiz Mota. A cidade do Recife: Urbanismo lusitano e holandês. **Tempo dos Flamengos e outros tempos**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1998. p. 213-233.

Moreno, Diogo de Campos. **Livro que dá Razão do Estado do Brasil – 1612**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1955. p. 173-191.

Oliveira, Valéria Maria Agra (coord.). **Projeto Foral de Olinda: Relatório final**. Olinda, 1996. 53 p.

Outtes, Joel. **O Recife: Gênese do urbanismo – 1927-1943**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1997. 244 p.

Reis (filho), Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/EDUSP, 1968. 235 p.

_____. **Imagens de cidades e vilas do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000. 414p.
Teixeira, Manuel; Valla, Margarida. **O urbanismo português – séculos XIII-XVIII/ Portugal-Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. 334 p.